
A Ascendência de Angoche: A Política de Parentesco e Território no Norte de Moçambique do Século XIX

Traduzido de: The Ascendance of Angoche: The Politics of Kinship and Territory in Nineteenth Century Northern Mozambique

Liazzat J K Bonate

Lusotopie, No 1, 2003, pp. 115-143

Precisa citar este papel?

Receba a citação nos estilos
MLA, APA ou Chicago

Quer mais papéis como este?

Faça o download de um pacote PDF de artigos
relacionados

Pesquise no catálogo de 40 milhões de artigos
gratuitos da Academia

A Ascendência de Angoche: A Política de Parentesco e Território no Norte de Moçambique do Século XIX

Liazzat J K Bonate

Lusotopie, No 1, 2003, pp. 115-143

[Original Paper](#) 

Abstrato

2. Eduardo do Couto Lupi foi o primeiro português a recolher dados sobre a história, «costumes e tradições» de Angoche, e a trazer as tradições orais Shirazi locais ao público em 1905. Ele afirmou que os angoquianos, como descendentes dos árabes e Os persas Shirazi, eram de « estirpe estrangeira » em oposição aos africanos do interior. Já Pedro Massano de Amorim, que comandou a conquista militar da região entre 1906 e 1910, referiu-se aos angoquianos como «os macuas amonhezados do litoral», significando os Makwa muçulmanos da costa sublinhando a sua semelhança cultural, exceto quanto ao Islã. A única pesquisa linguística feita sobre o Ekoti, língua dos angoche, foi concluída recentemente por Thilo Schadeberg e Francisco Mucanheia. Entre os historiadores, Mello Machado, Hafkin, Mbwiliza, Capela e Medeiros, Alpers e os Isaacman referem-se aos angoquianos como suaíli, enquanto Newitt não. Angoche não é mostrado como parte integrante do mundo suaíli nem no livro de Derek Nurse e Thomas Spears nem no livro de John Middleton sobre o suaíli.

A Ascendência de Angoche A Política de Parentesco e Território no Norte de Moçambique do Século XIX

este artigo trata da história oitocentista do território do norte de Moçambique denominado Angoche. A denominação « Angoche » é o nome próprio dado pelos

portugueses ao arquipélago constituído por um aglomerado de ilhas, que aparece em muitos mapas como um só pedaço de terra, apesar de cada ilha só poder ser alcançada por água 1 . Historicamente, outras ilhas, como Puga-Puga, Kiziwa Sultani Hassan (rebatizada pelo português Mafamede) e Moma também foram consideradas parte da unidade política chamada Sultanato de Angoche. As povoações costeiras mais próximas de Angoche e Moma eram consideradas territórios vassallos dos sultões de Angoche. Embora as pessoas que estavam sob influência política ou econômica de Angoche fossem etnicamente diversas, o nome étnico dos habitantes das Ilhas de Angoche propriamente dito é Koti. Os Koti são por vezes referidos como « Angoquianos » neste artigo.

O norte de Moçambique do século XIX foi marcado por grandes mudanças político-económicas decorrentes principalmente do seu envolvimento nos sistemas de comércio internacional. O tráfico de escravos e de armas de fogo modificou o panorama social e político interno da região. Escravos para exportação eram enviados para destinos no Oceano Índico e Atlântico a partir de portos como Angoche, e o Sultanato de Angoche expandiu sua influência para o interior e se tornou uma grande potência política no território da moderna Província de Nampula, em Moçambique. Este estudo tenta reconstruir a história desta expansão no continente. Desafia o pressuposto de que os interesses e as orientações políticas de Angoche se dirigiam principalmente para o mundo suaíli, enquanto as suas relações com o continente eram apenas de carácter predatório e parasitário de um invasor de escravos, em que os povos do interior se tornavam suas vítimas passivas.

Os conquistadores portugueses e os historiadores de Moçambique, como Nancy Hafkin, Joseph Mbwiliza e Mello Machado, enfatizam as identidades muçulmanas suaíli ou «suailizadas» dos angoquianos (grupo étnico Koti T) e representam-nos como culturalmente estranhos aos povos do continente 2 . Em vez de centrar-se na «swahiliness» e na suposta «estrangeiridade» dos angoquianos relativamente aos povos do interior, este estudo sugere ver Angoche como parte integrante e «orgânica» da região, especialmente do continente. O estudo enfatiza que a ascensão de Angoche à supremacia na região se deveu à sua posição geográfica, e ao sucesso das manobras políticas e remanejamentos estratégicos de seus líderes sobre a semântica de parentesco e relações territoriais que estão na base das organizações políticas e compartilhadas percepções políticas das sociedades matrilineares da região. Através destes processos, os angoche inapakho (os supostos primeiros-chegados que incorporaram a família dos chefes supremos locais, os mwene) tornaram-se superiores entre os chefes supremos do litoral e do interior e conseguiram criar redes de comércio e reciprocidade que se estenderam em toda a região. A política expansionista dos governantes de Angoche estava voltada para o aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo tráfico internacional de escravos e não para a construção de um Estado centralizado, como frequentemente se supõe entre os historiadores 3 . Como mwene supremo da região, os inapakho tornaram-se doadores de terras e esposas e foram responsáveis pela disseminação do Islã no continente. Consequentemente, Angoche tornou-se o centro

regional do Islão, o que reforçou a sua posição não só face às redes do Oceano Índico dominadas pelos Swahili como também aos povos do interior. A questão da propagação do Islã no continente também é abordada neste artigo, considerando o contexto da política africana local e o entendimento cultural compartilhado.

O artigo apresenta a história de Angoche em relação à dinâmica política interna africana, em que os chefes supremos competiam entre si pelas oportunidades de enriquecimento oferecidas pelo comércio internacional de escravos. Os historiadores, no entanto, com exceção talvez de René Pélissier, tenderam a avaliar a história oitocentista do norte de Moçambique através do prisma das suas relações com os portugueses 4 . Em particular, Angoche tem sido retratado como um grande desafiante aos desígnios imperiais portugueses ao longo do século XIX. A ideia foi levantada pela primeira vez pelos conquistadores portugueses. Os escritos de Mousinho de Albuquerque, Massano de Amorim, David Rodrigues e outros estão repletos de referências aos africanos « rebeldes ao nosso domínio [português] ». «Angoche foi um dos mais antigos e persistentes focos de rebelião contra a nossa autoridade», escreveu Texeiro Botelho sobre a região que nunca tinha experimentado qualquer dependência dos portugueses 5 . As opiniões desses líderes militares, no entanto, devem ser consideradas criticamente. Eles retrataram os africanos como resistindo ao domínio legítimo dos portugueses no contexto da aguda rivalidade imperial europeia sobre a África e usaram esse retrato como um dispositivo ideológico e moral destinado a representar a conquista como um continuum histórico 6 .

Os escritos de militares mais liberais, como Eduardo Lupi, ilustram a diversidade de pontos de vista dos conquistadores: « Se esta gente nunca tivesse visto os agentes da nossa autoridade », perguntava-se, « como podemos dizer a priori que eles são rebeldes? » 7 . No entanto, os historiadores seguiram a retórica da resistência, que recebeu estímulo adicional da ascensão do nacionalismo de massa nos anos 1960-70, que inspirou os historiadores a “saquear” o passado a fim de identificar líderes anteriores que poderiam servir de modelos para o anticolonialismo. luta 8 . Hafkin, por exemplo, sugere, “de muitas maneiras As revoltas após o estabelecimento do domínio colonial com o claro objetivo do lado dos africanos de obter a independência podem ser definidas como resistência. No período considerado neste trabalho, quando o domínio colonial português ainda não havia sido estabelecido, a aplicação do termo « resistência » para qualificar a ação dos africanos parece ser inadequada. Demonstro neste artigo que os interesses políticos de Angoche situavam-se na arena da política africana local e não junto dos portugueses. Os portugueses não tiveram condições nem de impor a sua vontade nem de conquistar Angoche ao longo do século XIX. Neste contexto de política interna africana, as tentativas portuguesas de estabelecer uma «ocupação efectiva» não passavam de um aborrecimento para os chefes africanos, que até 1910 eram os principais actores políticos da região. Foi apenas através da intromissão estratégica na política local que os portugueses conseguiram garantir a sua sobrevivência.

O Problema dos Encontros Coloniais em Moçambique

A crítica de Nancy Rose Hunt ao clichê dos encontros coloniais aplica-se especialmente bem a Moçambique. Hunt aponta que esse clichê funciona há anos, no entanto, eles não perseguiram a colonização cultural ou militar da África nos moldes racistas e nacionalistas da era moderna 12 . Até o final do século XIX, os portugueses residentes no norte de Moçambique (os moradores nas fontes portuguesas) estavam profundamente envolvidos na política local dominada pelos africanos 13 . A categoria de moradores incluía não só os portugueses «étnicos», mas também os índios, africanos e mestiços da Coroa portuguesa 14 . A flexibilidade dos moradores em relação à política local africana permitiu-lhes acumular riqueza e torná-los uma parte «orgânica» do tecido socioeconómico e político da vida do norte de Moçambique. Eles não perturbaram a dinâmica interna das sociedades africanas da mesma forma que os colonizadores posteriores, e especialmente os conquistadores militares 15 .

Ao contrário dos moradores, os conquistadores representavam um novo tipo de português em Moçambique 16 . Eles foram motivados pela ideologia nacionalista e racista e pelo medo de perder as « possessões » ultramarinas portuguesas para outras potências europeias. Mousinho de Albuquerque falava por esta geração de conquistadores em África quando dizia: « a minha principal preocupação era tornar efectivas as possessões e domínios portugueses em todos os territórios que nos pertencem por direito » 17 . Os conquistadores tendiam a vir direto de Portugal e tinham uma experiência africana limitada, se é que tinham. Eles tendiam a ter pouca consideração pelos africanos e criticavam os moradores por serem « kaffrealizados » (« africanizados ») e muito complacentes com os africanos 18 . Assim, em vez de um apoio incondicional e consistente aos seus projetos políticos e militares, tropeçaram numa resposta diversa e multivocal dos «velhos» portugueses que também tinham laços familiares e influência na política da metrópole (Portugal si mesma em oposição às suas colónias) 19 .

Os portugueses da metrópole também se mostraram ambivalentes em relação à política de conquista militar, até porque muitas famílias aristocráticas e da burguesia mercantil vinham fazendo fortuna na África. Esses grupos estavam interessados em manter uma certa autonomia de ação nas colónias ultramarinas, e não estavam particularmente satisfeitos com um maior controle e envolvimento do Estado nas colónias que inevitavelmente seguiriam a política de conquistas.

Por outro lado, os ambiciosos projectos de conquistas sugeridos pelos « novos » portugueses, não suscitaram interesse e apoio imediatos, porque Moçambique também tinha sido marginal à metrópole, comparativamente a outras colónias, como por exemplo, Angola 20 . Isso se devia, segundo Pélissier, aos seguintes fatores: 1) grande distância entre a metrópole e Moçambique; 2) número insignificante de brancos estabelecidos em Moçambique; e, 3) marginalidade de Moçambique à economia portuguesa 21 .

A contínua discórdia entre os portugueses em relação a Moçambique, levou um dos mais agressivos e vociferantes porta-vozes dos «novos» portugueses, Mousinho de Albuquerque, a pedir a exoneração do cargo de Governador-Geral de Moçambique em 1898 22 . Seu suicídio em 1902 resultou em grande parte de brigas políticas e intrigas daqueles que não apoiavam seus pontos de vista. Só a partir de 1906 é que os « novos » portugueses finalmente levam a melhor e realizam uma grande ofensiva militar no norte de Moçambique 23 .

Os « novos » portugueses eram principalmente oficiais de carreira militar de estilo moderno, que acreditavam que o destacamento do exército e equipamento europeu profissionalmente treinado, com embarcações modernas e armamento de última geração, garantiria a vitória 24 . No entanto, a conquista não foi um sucesso imediato nem um evento único. Em primeiro lugar, descobriu-se que os africanos também tinham armas sofisticadas e táticas de guerra. Em segundo lugar, os números dos «novos» militares portugueses eram insignificantes e a oferta de pessoal e apoio financeiro da metrópole era escassa e díspar. Logo eles perceberam que a dependência dos locais era necessária. Após a sua primeira batalha e primeira derrota contra os Namarral Makwa no interior da Ilha de Moçambique, Mousinho de Albuquerque reconheceu amargamente: « Calculei mal a força do inimigo. Os rebeldes [sic] provaram ser melhores guerreiros do que eu esperava... No futuro, temos que recrutar e aliciar mais nativos. As futuras guerras em África devem ser travadas pelas mãos dos nativos » 25 . Consequentemente, os auxiliares africanos das tropas coloniais foram reforçados pelo maior recrutamento dos sipaios que posteriormente se transformaram em soldados indígenas assalariados do exército colonial 26 .

Mousinho de Albuquerque e outros oficiais também perceberam que a diplomacia e manobras estratégicas na política local eram inevitáveis, especialmente dada a importância dos chefes africanos (régulos em fontes portuguesas); sem o apoio dos chefes, as operações militares estavam condenadas 27 . O resultado destas acomodações e ajustamentos dos «novos» portugueses aos contextos locais foi um aumento do grau de envolvimento dos africanos no processo de conquista.

Política de parentesco e território

William Murphy e Caroline Bledsoe observam que o idioma dos pioneiros baseado no princípio dual de terra (território) e parentesco fornece o ponto de referência histórico básico na vida política da matrilinear Kpelle 28 . Isto é verdade para os Makwa do interior e os muçulmanos da costa na moderna Província de Nampula 29 . Tal como acontece com os Kpelle, aqui «tanto o parentesco como o território constituem recursos semânticos que são colocados em uso retórico no processo político» 30 . Nesta região, as pessoas reivindicam clãs matrilineares, mahimo ou maloko (pl.; sing. nihimo ou nloko em Emakhwa)

descendentes de um ancestral feminino comum simbolicamente definido como erukulo («um ventre») ou nipele («seio») 31 . Isto é verdade também para Angoche, cujo grupo inhapakho é constituído por quatro grandes clãs (inhandare, inhamilala, inhatide e m'bilinzi), os supostos descendentes de quatro filhos da mítica mulher fundadora 32 . Os inhapakho são os supostos primeiros-chegados que «são donos» da terra, portanto, são mwene 33 . Nessa capacidade, eles supervisionam sua distribuição aos recém-chegados, a cuja fidelidade eles têm reivindicações especiais por meio do casamento e das relações de parentesco 34 . Espera-se que os retardatários recebam uma porção de terra dos primeiros em troca de tributo e lealdade. Os primeiros a chegar dão esposas, geralmente irmãs ou algum outro parente, aos retardatários importantes, que então se tornam seus parentes.

a soberania portuguesa ». Estes capitães-mors eram de facto independentes dos portugueses, até porque os portugueses muitas vezes não os podiam pagar. A palavra «primeiro a chegar» não traduz a ordem real de chegada à terra, mas funciona como um dispositivo ideológico político no que diz respeito à fundação e aos direitos da chefia suprema 35 . Os primeiros a chegar são geralmente conquistadores que se apropriam violentamente da terra dos autóctones, consequentemente expulsos ou reduzidos a um estatuto social inferior. Alguns clãs recém-chegados, no entanto, afirmam que a terra estava vazia quando chegaram.

Os inapakho angolanos manipulam estrategicamente duas versões da história de seu status de primeira vinda. Segundo a primeira versão, são descendentes do sultão Kilwa Shirazi Hasan, que se fixou na ilha de Angoche e cujos outros irmãos se fixaram em Quelimane, Pebane e na ilha de Moçambique 36 . O nome do arquipélago é Swahili -Ngoja. Esta versão estabelece o inhapakho de Angoche como parente do outro suaíli africano oriental e do povo muçulmano da costa moçambicana. Ressalta suas identidades islâmicas e suaíli. Na segunda versão, o inhapakho veio das montanhas Namuli para o vale do Zambeze, berço mítico de todos os Makwa, e a fundadora foi uma grande mulher 37 . O epônimo étnico « Koti » foi derivado da palavra Emakwa okhota, que significa « o fim da jornada » ou « finalmente chegamos ». Esta versão enfatiza o idioma político do parentesco e do território dos primeiros chegados, importante no que diz respeito à «propriedade» da terra e ao lidar com os povos matrilineares do interior.

Angoche inhapakho são os mwene da região de Moma. De acordo com a tradição oral local, após repetidas tentativas falhadas do clã inhandare para monopolizar o poder em Angoche, foram forçados pelos restantes inhapakho a deixar Angoche e instalar-se em Moma 38 . Os três clãs inhapakho restantes subsequentemente alternaram o poder entre si. Os inhapakho angoche são os mwene dos Makwa nas suas imediações e da costa Sangage, porque os seus chefes supremos são considerados retardatários em relação aos angoquianos, que, na qualidade de primeiros chegados, lhes deram terras e esposas 39 .

No entanto, o poder de um chefe não era derivado apenas de suas armas, seu controle de riqueza e pessoas, ou do idioma de território e parentesco e noções relacionadas de status de primeiro a chegar. Os africanos não seguiam passivamente tudo o que os chefes diziam ou faziam. « Não se deve supor que um chefe seja um autocrata desenfreado; ele só pode governar se carregar o sentimento de sua tribo » 40 . A história de Angoche e dos territórios circundantes está repleta de referências a «disputas sucessórias». O sucessor do cacique era escolhido entre seus sobrinhos/sobrinhos maternos reais ou putativos colegialmente, com a participação de todos os chefes de clã e pessoas comuns.

Os chefes também tinham significado simbólico e moral. Como descendentes dos primeiros a chegar, os chefes representavam um elo simbólico entre o mundo dos espíritos ancestrais deixados para trás e os espíritos da nova pátria. Eles tinham que apaziguar os espíritos da nova terra se ela estivesse vazia, ou expulsá-los junto com seus proprietários anteriores. Por meio dessas relações com o mundo espiritual, os primeiros a chegar eram responsáveis pelo bem-estar e pela fertilidade da terra e de seus habitantes, assegurados por meio de rituais apropriados. Era da epepa, farinha sagrada de milho do clã dos caciques, «que se inscrevia o poder do cacique como guardião do seu povo e protetor contra os maus espíritos» 41 . Entre essas pessoas matrilineares, a irmã mais velha do cacique, pia-mwene, era um elo simbólico entre os filhos atuais e o espírito de sua Grande Mãe Antepassada. Como tal presidiu importantes decisões políticas 42 . Espalhando a epepa, ela pedia respostas e orientações aos espíritos dos ancestrais sobre quando começar uma guerra, ou como proceder com criminosos. A benção dos ancestrais através de sua epepa garantiu fartura de alimentos, e a fertilidade das mulheres.

Ascendência de Angoche como Potência Regional

Antes do século XIX, Angoche esteve envolvida no tráfico de escravos direcionado para os assentamentos suáílis ao norte. Ao contrário da Ilha de Moçambique e de Quelimane que tinham relações bem estabelecidas com os Makwa do interior, o acesso de Angoche ao interior foi bloqueado por vários novos grupos de imigrantes que se instalaram no seu interior na primeira metade do século XIX. As mais significativas foram a Impamella Marundi e a Marrevoni Lomwe Makwa 43 . Bloquearam o acesso de Angoche ao continente e assumiram o controle das rotas das caravanas vindas do interior para Angoche, impondo-lhes as suas portagens e tributos. A proeza militar e o status de conquistador desses novos imigrantes também diminuíram a influência política de Angoche. Mais para o interior, as rotas das caravanas e as terras cheias de escravos em potencial estavam nas mãos dos estados guerreiros Yao em expansão e dos prazeiros zambenses (de prazos -«propriedades fundiárias» em português).

A crescente demanda por marfim, borracha, produtos agrícolas e especialmente escravos durante o século XIX oferecia uma chance excepcional e relativamente rápida de

acumular riqueza para portos como Angoche. As oportunidades de Angoche aumentaram ainda mais devido ao movimento europeu anti-tráfico de escravos. Com a assinatura do Tratado de Viena de 1815 entre Portugal e a Grã-Bretanha sobre a abolição gradual do tráfico de escravos, e com o Decreto Sá Bandeira de 1836, seguido do Decreto de 1842 que proibia a exportação de escravos, os portos de Moçambique e Quelimane tornaram-se destinos difíceis para traficantes de escravos (negreiros em português) 44 .

Muitos moradores, entre eles os governadores e outras autoridades portuguesas, eram negros 45 . Durante a primeira metade do século XIX, os escravos eram exportados da Ilha de Moçambique e Quelimane para o Brasil, Cuba e Ilhas Maurícias no Oceano Índico e, posteriormente, Reunião 46 . O comércio de escravos para exportação era dominado por portugueses, brasileiros, franceses e os Sakalavas de Madagascar. Em 1829, 35% das receitas totais da administração portuguesa em Moçambique provinham da exportação de escravos, enquanto 40% provinham de outras actividades relacionadas com o tráfico de escravos 47 .

Os oficiais portugueses estacionados em Moçambique escreveram relatórios ao rei português justificando os benefícios económicos do comércio de escravos 48 . Os moradores se revoltaram repetida e violentamente contra os decretos abolicionistas. Eles chegaram a traçar um projeto separatista para Angola e Moçambique em 1839, visando colocá-los sob a proteção do Brasil, que ainda tolerava o tráfico de escravos até 1850 49 . Como ficou claro que Lisboa não responderia às suas queixas, optaram por transportar a mercadoria humana para portos independentes, como Angoche. A existência de portos independentes dos portugueses, afetou negativamente os portos portugueses de Quelimane e da Ilha de Moçambique, pois os preços e impostos nestes portos eram muito superiores aos praticados nos portos independentes. Assim, portos como o de Angoche tornaram-se também um destino popular para outras mercadorias e beneficiaram grandemente dos impostos. Em 1847, muitos moradores da Ilha de Moçambique haviam transferido suas feitorias (« fábricas » ou « estabelecimentos comerciais » em português) para Angoche 50 .

No entanto, os inapakho de Angoche estavam determinados a assumir o controle das rotas das caravanas e criar suas próprias bases continentais de abastecimento de escravos. Não podiam, no entanto, escravizar as pessoas perto da costa, porque estas tinham-se tornado parentes dos inhapakho principalmente através do casamento e da regra das sucessões de chegada (primeiros/retardatários) 51 . A venda esporádica de criminosos e escravos domésticos e dos escassos números de sequestrados não satisfazia nem as exigências do mercado nem a ganância dos inhapakho. Para ter acesso às riquezas do interior e controlar as rotas das caravanas, Angoche precisava de atingir a supremacia política no continente.

Os inhapakhos como Musa Mohammad Sahib Quanto, o Namuali (« Temível ») (?-1879),

foram fundamentais para colocar o continente sob a égide de Angoche. Musa Quanto era irmão materno do sultão de Angoche, Hassani Yussuf. Ele viajou e aprendeu muito durante a adolescência enquanto acompanhava seu tio, um hajji (um peregrino à Santa Meca) e um proselitista islâmico de ascendência sharifian (descendente do profeta Muhammad). Juntos foram a Zanzibar, Madagáscar, Comores e ao interior de Moçambique pelos rios Zambeze e Lugenda 52 . Parece que durante estas viagens Musa se convenceu da possibilidade de expansão de Angoche e concebeu o projecto de conquista do interior. Em épocas anteriores, projetos semelhantes eram impensáveis, mas, com a ampla circulação de armas de fogo, tornou-se possível colocar o projeto em prática 53 .

Hafkin afirma que a migração do grupo Marrevoni Lomwe do Makwa em 1850 para o interior de Angoche e sua conquista do Nampana-mwene, um dos inhapakho, precipitou o início das operações militares de Musa 54 . Musa foi escolhido como comandante-chefe do sultão Hassan. A pedido do Nampana-mwene, Musa lançou uma guerra contra o Marrevoni Lomwe Makwa, a quem ele posteriormente derrotou. Ele então restaurou o poder de seu companheiro inhapakho. Musa escravizou muitos Marrevoni, e trouxe de suas terras marfim e borracha, atraindo muitos seguidores para seus projetos políticos 55 .

Entre as potências regionais, o prazo Zambeze de Maganja da Costa era o que mais ameaçava as ambições de Angoche 56 . Maganja da Costa era militarmente poderosa e rica em agricultura, com grandes feiras anuais que se tornaram um destino popular para as rotas das caravanas do interior 57 . Musa decidiu expandir o controle do inhapakho para as terras da família prazeiros da Silva. O pretexto da campanha voltou a surgir das denúncias de um súbdito de Angoche na região que se sentia ameaçado pelos zambezianos.

Tanto os senhores dos prazos como Musa representavam um novo tipo de liderança emergente em Moçambique. Eles dependiam fortemente de grandes exércitos de escravos e armas de fogo e buscavam assumir o controle das rotas de comércio de escravos. Os portos dos prazos do Zambeze, especialmente o Quizungo, também fora do controle europeu, tornaram-se um dos principais portos rivais de Angoche 58 .

Musa teve sucesso em sua missão e anexou algumas terras do prazo, além de escravizar parte de sua população 59 . Em 1861, João Bonifácio da Silva, um dos dois irmãos da Silva proprietários dos prazos, não só reconquistou as terras da sua família como entrou triunfalmente na casa do sultão da Ilha de Catamoyo no século 61 . Em 1870, Musa atacou os Impamella, que não queriam reconhecer o estatuto de primeiro-chegado de Angoche, mas foi apenas em 1876 que Musa conseguiu derrotar o seu chefe supremo, o Morla-mwene 62 .

Os Impamella eram tradicionalmente compostos por dois grupos, os a-nella e os a-iadje, sendo este último a linhagem do chefe supremo. Durante o século XIX, um dos chefes do continente subordinado a Angoche deu as terras férteis no vale entre os rios M'Luli e Lardy

no interior de Angoche ao a-nella 63 . Os a-nella se instalaram no meio do vale e se tornaram «donos» de terras muito melhores que os a-ijadje, e também dividiram seu território ao meio. Assim, enquanto uma parte da Impamella se aliou a Angoche e reconheceu os inhapakhos como pioneiros e doadores de terras, outra parte continuou a lutar contra ela. No fundo dessa polêmica, porém, estava o desejo de controlar as rotas das caravanas do interior. O desespero do Morla-mwene o fez buscar uma aliança com os portugueses. Com seu tênue apoio, ele prosseguiu em suas guerras contra os inhapakho, que garantiam um suprimento contínuo de cativos para o comércio de escravos. Nesse ínterim, os inapakho trabalharam para elevar a posição do chefe a-nella, o Guarnea-mwene, que se tornou um de seus sócios 64 .

Os Impamella e Makwa Lomwe do interior tornaram-se o grupo de escravos de Angoche, permitindo que os inhapakho enviassem seus próprios cativos para exportação. Musa e seus agentes passaram a aparecer com grande frequência nas reportagens portuguesas, atacando africanos do interior com armas de fogo, sequestrando-os e levando-os ao porto de Sangage para serem enviados a Madagascar 65 . Na década de 1850, Musa Quanto era um dos homens mais ricos da região, cujos lucros pessoais com impostos pagos por navios com cargas de escravos atingiam quatrocentos por cento 66 .

Após as operações de Musa, Angoche tornou-se um destino importante para os traficantes de escravos do interior. Na segunda metade do século XIX, Angoche atraiu caravanas lideradas pelos Yao e pelos Marave, que desciam dos territórios circundantes ao Lago Niassa 67 . Com efeito, as suas rotas de caravanas foram redirecionadas da Ilha de Moçambique, Quelimane e dos portos do Zambeze que já não estavam tão a salvo do controlo dos abolicionistas como Angoche. No seu interior imediato, Angoche assumiu o controlo das rotas das caravanas que passavam pelas terras de Marundi, Makwa e Impamella, conquistando e subjugando chefes locais. Angoche dirigiu as suas próprias caravanas para a região do Alto Chire na Zambézia, conquistada por Musa 68 . Os angoquianos desempenharam o papel de intermediários entre os traficantes de escravos europeus e suaílis e os africanos do interior. O capital mercantil de Angoche provinha dos traficantes de escravos franceses e dos suaílis das Comores e de Madagascar, que também forneciam armas de fogo e munições a Musa 69 . Das Comores e de Madagascar, os escravos eram exportados principalmente para as ilhas francesas de Mayotte, Nossi-Bé e Reunião 70 . Alguns desses escravos eram disfarçados por negreiros como libres engagés (trabalhadores de plantações livres contratados) 71 .

Os chefes africanos estavam entre os principais beneficiários do tráfico de escravos para exportação 72 . O envolvimento destes caciques no tráfico negreiro causava grande aflição nos territórios do interior. Ninguém poderia passar ou fazer negócios em qualquer terra sem conhecimento do chefe supremo e sem pagar taxas e tributos. Normalmente, os negreiros solicitavam autorização ao cacique local para negociar em suas terras. Depois de

receberem a autorização, contratavam locais para a captura de escravos ou mandavam os seus próprios patamares (« escravatura ou grupo mercantil », « caravana »). Os patamares eram comandados por um piloto, o nahota, e um grupo de escravos-soldados armados, por vezes acompanhados por homens mais novos da família do senhor 73 . Quando os traficantes voltaram, o negreiro pagou-lhes de acordo com a « qualidade da mercadoria ». O chefe recebia uma rúpia para cada cabeça de escravo. Em regra, só os chefes supremos podiam vender os prisioneiros de guerra às caravanas (patamares) que por ali passavam 74 .

Os escravos eram marcados para que, caso escapassem, pudessem ser devolvidos ao proprietário. A solidariedade dos caciques para com os escravos era notável, e permitia que um número muito reduzido de negreiros conduzisse uma caravana muito grande de escravos a grandes distâncias 75 . Às vezes, porém, até os líderes das caravanas, os nahota, eram eles próprios vendidos com o restante dos escravos. Os escravos eram vendidos por gado, armas, tecidos e dinheiro.

Entre 1842 e 1902, a escravização por sequestro tornou-se tão difundida que os moradores, agora senhores dos libertos, preferiram vendê-los aos negros a perdê-los para os seqüestradores 76 . Até os escravos domésticos estavam envolvidos em sequestros, pois sequestrando e escravizando outros podiam comprar sua própria liberdade. Embora os chefes menores organizassem o sequestro, os chefes supremos também recebiam sua parte, geralmente composta pelos lucros da venda dos cativos. As costas e as margens dos rios eram locais ideais para os negreiros raptarem pessoas e fugirem rapidamente 77 . O sequestro popularizou-se entre os homens mais jovens, organizados em pequenos bandos de pistoleiros por faixas etárias. Enquanto os captos mantinham as mulheres, os homens eram vendidos principalmente para exportação. Os seqüestrados eram mantidos escondidos por alguns dias e então recebiam uma poção mágica para fazê-los esquecer suas origens e parentes 78 . Este ritual indica até que ponto os moçambicanos atribuía importância às relações de parentesco.

Islã e o tráfico de escravos

Uma das questões que sempre intrigou os historiadores de Moçambique é a expansão do Islão para o interior durante o século XIX. Alpers refere um relatório de 1852 do Governador de Moçambique que refere « o extraordinário avanço muçulmano, a sua infiltração no interior e respectiva miscigenação » 79 . Alpers cita ainda Elton, que viajou no interior da costa moçambicana em 1875-76, e a pesquisa da Nyassa Company de 1890, ambos indicando incursões significativas do Islã entre o continente Makwa. Musa Quanto aparentemente teve uma educação islâmica sólida por meio de sua criação com um tio sharifian zelosamente religioso e de suas viagens pelos centros islâmicos mais importantes da costa leste africana. As fontes portuguesas, porém, não são claras quanto ao impacto que as suas conquistas do sertão, a ascensão de Angoche ao estatuto de potência regional e o

tráfico de escravos tiveram na conversão dos povos do interior ao Islã.

Hafkin sugere que um dos objetivos das operações militares de Musa Quanto era o proselitismo do Islã entre os povos do interior, e que ele prosseguiu uma campanha de guerra santa purificadora (jihad) 80 . Alpers tem dúvidas sobre a missão jihad de Musa, mas sustenta que, «não há dúvida de que todo o seu projeto foi inserido» nas redes islâmicas do mundo suaíli 81 . No entanto, ele sugere que os chefes africanos foram fundamentais na conversão do continente ao Islã e que foram os primeiros convertidos. Mbwiliza argumenta contra a visão de Alpers e sustenta que os grupos etários masculinos mais jovens desafiaram o poder dos mais velhos ao adotar a fé islâmica 82 . Tanto Alpers quanto Mbwiliza ressaltam a externalidade do Islã para os entendimentos culturais do povo do continente e buscam uma explicação para sua conversão no possível paralelismo cosmológico entre a cultura local e o Islã. Assim, Mbwiliza e Alpers procuram compreender a conversão islâmica do interior a partir das suas predisposições psicológicas e culturais (o habitus) 83 . Este artigo compartilha a visão de Alpers de que os chefes foram fundamentais na conversão do povo do interior. No entanto, as evidências que sugerem que os paralelismos cosmológicos entre a religião "tradicional" africana e o Islã serviram de veículo para a conversão ainda não foram descobertas. Parece plausível abordar a conversão do ponto de vista dos contextos históricos das mudanças político-econômicas do século XIX e das perspectivas dos usos sociais práticos do parentesco para fins políticos como sugerido por Pierre Bourdieu 84 . Segundo Bourdieu, «as relações de parentesco são uma forma das práticas que as produzem, reproduzem ou utilizam por referência a funções práticas, são produtos de estratégias orientadas para a satisfação de interesses materiais e simbólicos e organizadas por referência a um tipo particular de economia e condições sociais » 85 . No contexto da competição pelo tráfico de escravos, o parentesco por casamento entre os chefes do litoral e do interior ganhava importância. Assim, parece que os chefes muçulmanos do litoral expandiram o Islã para o interior usando o antigo idioma político de território e parentesco, dando esposas muçulmanas do litoral aos chefes do continente na qualidade dos primeiros a chegar no novo contexto político-econômico.

O principal objetivo de Musa era obter controle sobre o comércio de escravos criando redes em toda a região. Para que as caravanas passassem pacificamente do interior por diferentes cacicados até o litoral, ele teve que construir uma teia de aliados por meio de conquistas e relações de parentesco. Ele invocou o idioma dos primeiros a chegar aos continentes e optou por táticas de doação de esposas e terras, como sugere o exemplo da Impamella a-nella. Musa conseguiu esta estratégia porque a migração de pessoas em Moçambique durante o século XIX foi do continente para a costa. Esses migrantes poderiam ter adquirido o status de primeiros a chegar em detrimento das famílias governantes costeiras se tivessem conseguido dominar a população costeira. No entanto, o inhapakho de Angoche tinha uma vantagem geográfica porque suas ilhas eram de difícil acesso para os continentes que não navegavam. Além disso, a relativa prosperidade do litoral, decorrente do

envolvimento no comércio internacional de escravos, tornava-os capazes de adquirir soldados-escravos e armas de fogo com relativa facilidade. Eles não apenas poderiam se proteger com eficácia, mas também poderiam seguir políticas agressivas de conquista no continente. Por sua vez, os caciques do interior também buscavam formas de participar do tráfico negreiro e estabelecer relações com o litoral, destino final dos escravos a serem exportados.

Apesar de os inhapakho serem os mwene das terras perto da costa, eles não podiam reivindicar o mwene-ship do interior profundo. Mas a importância da terra tornou-se secundária em relação ao comércio de escravos, e o idioma dos primeiros a chegar foi reestruturado para se adequar às novas conjunções político-econômicas. Angoche inhapakho tornou-se doadores simbólicos de terras e primeiros a chegar ao interior profundo na qualidade de mwene supremo. A importância dos caciques locais foi crescendo em função da sua proximidade à costa, culminando em Angoche como arqui-chefe no papel de porteiro do comércio internacional. O processo de doação de esposas e doação de terras, então, foi direcionado do litoral para o interior. No entanto, os habitantes da costa moçambicana exigiam que as suas mulheres muçulmanas se casassem com homens muçulmanos. Portanto, os chefes que tomavam esposas da costa tinham que aceitar o Islã. Esses chefes, por sua vez, davam suas mulheres em casamento a outros chefes do continente, convertendo-os também ao Islã ⁸⁶. Angoche logo presidiu uma complexa rede de chefes do comércio de escravos que cobria toda a região. Essa rede assemelhava-se a um estado centralizado, mas não o era, pois, apesar de a rede ser um novo arranjo político, baseava-se no antigo princípio do parentesco e do território. O mwene supremo controlava todas as transações externas dos chefes subordinados, tais como as relacionadas com rotas de caravanas de longa distância, recepção de estrangeiros e questões de guerra e paz ⁸⁷. Eles também presidiram tribunais criminais para resolver milandos (disputas e reclamações) e a assembléia geral de todos os chefes subordinados. O sistema político era concebido como constituído por estruturas hierárquicas piramidais «aninhadas», cabendo aos chefes subordinados, bem como às pessoas comuns, a responsabilidade de informar o supremo sobre todas as ocorrências inusitadas ou suspeitas ⁸⁸.

As chefias incorporadas à rede de comércio de escravos tornaram-se muçulmanas. Eles capturaram rotas de caravanas e cobraram pedágios e tributos das caravanas que passavam. Os caciques que não foram incorporados à rede não eram muçulmanos e se tornaram alvo de escravização ⁸⁹. Neste contexto, a posição de Angoche foi também reforçada pelo facto de os inhapakho serem descendentes dos Shirazi Swahili. Angoche tornou-se um centro regional do Islã de onde a alfabetização em suaíli ou em escrita árabe nas línguas locais se espalhou para o continente. Na segunda metade do século XIX, todos os principais chefes do interior se correspondiam nas línguas locais usando esta escrita ou em suaíli ⁹⁰. Professores muçulmanos (mwalim) e pregadores itinerantes começaram a cruzar a região. A primeira ordem Sufi, a Rifa'iyya, expandiu-se para o resto de Moçambique a

partir de Angoche também 91 .

Acho que um dos principais atrativos ideológicos do Islã estava relacionado à eficácia dos adivinhos, amuletos e amuletos islâmicos. Os encantos islâmicos passaram a ser vistos pelas pessoas comuns como um « conhecimento secreto » adicional que fortalecia o poder do chefe juntamente com o do curandeiro «tradicional» (m'culucuana) e do adivinho (echaco). A riqueza extraordinária e o sucesso dos chefes muçulmanos envolvidos no comércio de escravos provavelmente serviram como a prova mais óbvia dos poderes mágicos e sagrados do Islã. Por exemplo, os chefes e seus soldados usavam amuletos protetores de versos do Alcorão (naparrama). Mousinho de Albuquerque apreendeu um saco de papéis com escritos árabes do seu guia local e intérprete Mohammad Sharmadan 92 . Estes continham versos do Alcorão escritos com o propósito de derrotar os portugueses em suas tentativas de conquistar o Namarral Makwa.

O poder do Mwene

Os « novos » portugueses viam o mundo a rodar à sua volta, embora os seus próprios números em Moçambique fossem ainda insignificantes. Eles avaliaram cada evento e cada pessoa tendo como pano de fundo seus próprios interesses e projetos na região. Nesta perspectiva, existiam apenas dois tipos de pessoas em Moçambique - as que eram a favor e as que eram contra os portugueses. Estas visões foram posteriormente adotadas acriticamente na historiografia moçambicana. A maioria dos eventos, no entanto, foram as manifestações da dinâmica interna da política africana local. Chefes lutavam e competiam entre si, ou faziam arranjos diplomáticos entre si para aproveitar as oportunidades decorrentes das mudanças político-econômicas do século XIX. Os «velhos» portugueses conheciam as regras e os giros destes jogos políticos. Os « novos » portugueses aprendiam à medida que avançavam no terreno. Além disso, os africanos estavam acostumados a lidar com os «velhos» portugueses, e muitas vezes não conseguiam interpretar adequadamente as ações dos «novos» portugueses. Portanto, houve o que Nancy Hunt chama de “leituras erradas” de ambos os lados.

Em particular, os «novos» portugueses não compreendiam o princípio da correlação entre o território e o parentesco. Como resultado, eles subestimaram o poder dos chefes. Poucos, como Eduardo Lupi, que se interessava pela antropologia, reconheceram esse poder. Ele comenta que os africanos veneravam a autoridade de seu chefe e nunca discutiam a política de chefes supremos com estranhos. As questões relativas aos interesses da maioria das pessoas nos territórios dos chefes supremos eram discutidas apenas nos conselhos sob os auspícios destes últimos. Os chefes supremos foram consultados sobre as questões de guerra e paz 93 . Os africanos também nunca saíram de seus próprios assentamentos, nem entraram em terras alheias sem autorização expressa dos chefes. Um Manual da África Oriental Portuguesa, compilado pela Divisão Naval Britânica, também afirma que: « um chefe

nativo espera que a permissão lhe seja pedida por qualquer pessoa que passe ou acampe em suas terras, e presentes de valor satisfatório sejam oferecidos a ele » 94 .

Alguns dos «novos» portugueses que ignoraram os direitos territoriais dos chefes supremos sofreram as consequências. Em 1895, o capitão português do Parapato decidiu construir um novo posto militar no continente 95 . Sem consultar o mwene, passou a colocar paus de madeira de forma a delinear os limites da futura estação. De repente, alguns moradores se aproximaram de seus homens e começaram a retirar os gravetos. Os portugueses e seus auxiliares africanos resistiram, mas foram rapidamente subjugados. Espancados, eles foram expulsos, deixando para trás sua munição militar.

Em 1902, o engenheiro Pães d'Almeida e o ex-sargento Pitta Simões foram visitar o Maca-mwene, um dos menores chefes dos Mogovolas 96 . Durante a viagem, eles receberam repetidas advertências do chefe supremo, o Cubula-mwene, de que ele não havia autorizado seu chefe subalterno a deixá-los entrar em suas terras. Os portugueses ignoraram esses avisos. Finalmente, em Buela, foram cercados e mortos pelos armados seguindo as instruções da Cubula. É possível que a Cubula não gostasse particularmente dos portugueses, mas em princípio qualquer um poderia ter sofrido o mesmo destino. No entanto, os «novos» portugueses interpretaram o incidente como dirigido contra a sua «raça» e a sua «dominação». Nos anos seguintes, os nomes destas duas vítimas foram reiteradamente invocados em apelos portugueses para «vingar a morte dos nossos irmãos e concidadãos» 97 .

Lupi também menciona que os caciques seguiam um protocolo muito complexo durante as visitas 98 . Os avisos sobre a intenção da visita foram enviados com antecedência, seguidos das negociações e troca de presentes. Os chefes desfrutavam de um complicado cerimonial de cortesia. Em contraste, os «novos» portugueses mostravam pouco respeito pelos chefes. Os exemplos a seguir atestam a disputa pelo poder entre os chefes portugueses e africanos.

Em fevereiro de 1907, o capitão português do Parapato (rebatizado então « António Ennes ») convidou o Morla-mwene a visitá-lo em resposta à sua alegada intenção de se submeter aos portugueses 99 . Morla demorou a vir, pois achava que seu cargo exigia uma negociação continuada sobre a visita acompanhada de troca mútua de presentes. Alegando que tinha muito medo das maquinções de seu rival supremo Guarnea para viajar, ele enviou em março de 1907 seu tio Nacuacua-mwene, a quem os portugueses disseram que Morla deveria vir pessoalmente. Poucos dias depois, enviou outros três importantes Impamella que ficaram algum tempo em Angoche. Morla então disse que não poderia vir porque seu enviado não havia retornado.

Finalmente, em março de 1908, após muita persuasão, o Morla-mwene visitou o capitão

português. Sua comitiva era composta por cinco de seus principais chefes, trinta homens armados e trinta de suas mulheres. Em sua chegada, o Morla recebeu uma esteira (esteira de palha) em vez de um banquinho ou cadeira, o que equivale a um insulto. Talvez o capitão português não soubesse do protocolo local, ou talvez quisesse mostrar quem mandava. Em todo o caso, o Morla relutou em sentar-se no tatame, porque o incidente «o fez pensar», comenta Massano de Amorim relatando a anedota 100 . A Morla, no entanto, passou três dias em António Ennes, recebendo presentes e discutindo política com os portugueses. Embora fosse considerado um firme aliado português, no ano seguinte reconciliou-se com o Guarnea-mwene.

Mousinho Mucuto-mwene, manifestou vontade de se submeter aos portugueses mas não veio ao encontro do seu comandante. Depois de semanas enviando várias pessoas, ele finalmente foi trazido, carregado por seus escravos, e alegando que estava velho e doente. Na verdade, ser carregado por escravos simbolizava status e poder. Oitocentos homens armados o acompanharam.

A conquista

Na segunda metade do século XIX, como Angoche havia aprendido que sem acesso ao continente não se beneficiaria das oportunidades do comércio internacional, alguns inhapakho envolveram-se cada vez mais na política do continente. Enquanto o sultão Ibrahim continuou a proteger os interesses marítimos de Angoche a partir da sua sede na Ilha Catamoyo, Farallahi (Farelay em fontes portuguesas), optou por se estabelecer no continente. Omar bin Nacogo Farallahi 102 , segundo sobrinho de Musa Quanto e irmão do sultão angoche Ibrahim, controlava os interesses do interior de Angoche iniciando relações com novos chefes. Parece que nessa época os inhapakho buscavam não apenas escravos e o controle das rotas das caravanas, mas também terras. Isso se deveu aos contínuos ataques europeus ao comércio de escravos do mar e de Parapato, que restringiu os lucros do inhapakho com a exportação de escravos. Além disso, a crescente importância dos produtos técnicos agrícolas no mercado internacional elevou o valor da terra 103 . Neste contexto, os moçambicanos do norte começaram a inverter o processo do mwene-ship da costa para o continente, porque as terras costeiras eram escassas e pobres em oposição às terras ricas e abundantes do interior.

Os mwene do continente foram gradualmente ganhando a posição de mwene supremo em relação à costa, usando o princípio de território e parentesco, e transformando-se em doadores de terra e esposas literais para os inapakho. Parece que Farallahi, por exemplo, tinha várias esposas em diferentes chefias por meio das quais tinha acesso às terras locais. Entre as sociedades matrilineares do norte de Moçambique, a terra era propriedade coletiva dos clãs. No entanto, nesta região, as mulheres nunca foram privadas 102. Não há dados disponíveis sobre suas datas de nascimento e morte. 103. Amorim refere que Farallahi impôs

portagens às caravanas Makwa que traziam para a costa borracha e amendoim para venda. Mbwiliza descreve que no final do século XIX, Moçambique exportava borracha. Na virada do século, “no topo da lista de exportações estavam o amendoim, a copra, o feijão e as sementes oleaginosas. Estes, juntamente com os alimentos básicos tradicionais, foram a maior preocupação dos Makwa durante este período de transição e, de fato, uma das mudanças positivas observadas pelos observadores contemporâneos foi o envolvimento de homens e mulheres na agricultura ». Veja P.

Farallahi, in AMORIM, Relatório...

Sultan Ibrahim, Farallahi e Cubula-mwene de terras, e tendiam a ficar dentro do território de seus próprios clãs, enquanto os homens se mudavam para as terras de suas esposas, pois a residência dos casados, via de regra, era uxorilocal 104 . Na década de 1890, Farallahi e outros inhapakho distribuíam-se no continente, desde Angoche até ao Lago Niassa a oeste, ao Zambeze a sudoeste e às terras de Namarral Makwa a noroeste 105 . Durante as campanhas de Mousinho de Albuquerque de 1896-97 contra o Namarral Makwa, no continente da Ilha de Moçambique, o sultão Ibrahim e Farallahi enviaram cada um ao chefe supremo do Namarral, Mucuto-mwene, cinquenta inhapakho acompanhados pelos seus respectivos soldados escravos 106 .

Apesar das constantes tentativas europeias de travar o tráfico de escravos ao longo da costa, Angoche continuou a ser um dos portos sobre o qual o controlo europeu era ainda menos significativo do que em outros locais semelhantes do norte de Moçambique. Apesar do aparecimento esporádico de portugueses e de outras embarcações europeias no porto e do reduzido número de militares portugueses estacionados em Parapato, os escravos continuaram a ser exportados de Angoche 107 . Além disso, os africanos usavam pangaios pequenos e facilmente manejáveis, difíceis de detectar ou capturar pelos europeus 108 . Assim, o inhapakho e outros chefes do interior acompanhados pelos jovens armados e escravos sipaios continuaram a invadir o continente em busca de escravos quando a situação se tornou propícia.

O objetivo de Farallahi, no entanto, não era apenas direcionar as caravanas do sertão para Angoche, e gerar novas receitas com a conquista de novas terras no interior, mas também arrecadar tributos nas estradas que levam ao litoral. Ele montou um posto perto de Parapato para cobrar pedágio dos caravaneiros e ofereceu proteção em troca de tributos aos que precisassem ir para o interior, causando grandes prejuízos financeiros aos portugueses. Os portugueses, frequentemente isolados do continente, tornaram-se dependentes da vontade dos Farallahi. Ele percebeu, no entanto, que agia por direito próprio como um inhapakho, portanto o mwene do território.

Os portugueses apresentaram a sua história de Parapato como uma epopeia de

confrontos entre dois mundos, duas forças, o africano e o português. Eles também constantemente chamavam a pequena guarnição de Parapato de representantes de “nossa autoridade e nosso governo”. Mas, esta pequena guarnição era vulnerável aos ataques africanos, e vivia a maior parte do tempo abandonada e isolada dos outros europeus 109 . David Rodrigues refere que viveu misturado com a população local e tornou-se «completamente caffrealizado» 110 . Massano de Amorim, ao relatar a situação dos Macuana e Angoche entre 1906 e 1910, sublinha que a população local tinha muito pouca consideração pelos portugueses 111 . Refere uma carência crónica dos mais «insignificantes recursos» entre os portugueses; um fato que não só foi notado pelos moradores, mas também provocou seu escárnio.

Apesar da retórica política portuguesa de dominação, eram muitas vezes reduzidos ao estatuto de clientes de facto, se não de jure, dos governantes locais 112 . Os portugueses freqüentemente desempenhavam papéis menores na arena da política local, que continuou a ser dominada por poderosos chefes africanos no início do século XX. Até 1910, as tentativas de consolidação da soberania portuguesa nesta região foram inúteis e os chefes ainda eram independentes 113 .

Farallahi, porém, irritava-se com a presença dos portugueses, até porque eles interrompiam constantemente seus embarques de escravos da costa. Juntamente com o mwene Muapala, atacou a estação de Parapato em 1890 114 . Felizmente, o navio português que se aproximava, chamado Tâmega, salvou o dia para os portugueses. Após a fuga de Farallahi, vários mwene menores vieram a se submeter aos portugueses, incluindo os de Sangage, Mutucute, Inhamitade e outros. Perante este êxodo maciço dos mwene das bases dos seus apoiantes, Farallahi decidiu submeter-se também aos portugueses por um desejo estratégico de ganhar algum tempo. Assim, ele assinou um tratado com os portugueses, que o deixaram sozinho por um tempo após esse ato. No ano seguinte, Farallahi visitou os mwene da região, incluindo os que se haviam submetido oficialmente aos portugueses. Como resultado de suas negociações com eles, Farallahi ganhou vantagem nas regiões novamente. Ele viajou extensivamente assinando acordos com os mwene do Namaral, Marave e outros, situados além do continente de Angoche.

Finalmente, em 1902 acampou a 2 km de distância de Parapato, e mandou Muapala, o régulo dos Marrua, anunciar aos portugueses que vinha « deitar-se na sua própria cama » 115 . Ao mesmo tempo, Farallahi foi proclamado sultão dos territórios continentais de Angoche mais próximos, M'Luli, sob o nome de Monga-mwene. Farallahi, comandando o povo de Boila, Marrua, M'zere, M'lay e Selege, desceu a Parapato e queimou e saqueou a aldeia-estação. Os desesperados habitantes de Parapato foram salvos por uma embarcação francesa, que posteriormente relatou o ocorrido à mídia europeia zombando do mito do domínio português em Moçambique 116 . Farallahi estava agora estacionado novamente perto de Parapato.

Em 1903, o novo capitão de Angoche, José Augusto Cunha, ocupou Boila com a ajuda dos nove caciques menores da área 117 . Esses chefes colaboraram com ele por diferentes razões, mas alguns eram inimigos jurados do inapakho. A maioria, porém, recebia dos portugueses o pagamento do « tributo » sob a forma de ordenados regulares e várias dádivas. Por exemplo, o shaykh de Moginquale recebeu a promessa de 6.000 reais de pagamentos anuais 118 . Os soldados destes chefes, que serviam de auxiliares às tropas portuguesas, também eram recompensados em dinheiro ou em espécie, mas acima de tudo, podiam pilhar e roubar livremente.

Depois de devastar Boila, Cunha seguiu para a Ilha Catamoyo, de onde escapou o sultão Ibrahim. Cunha queimou as casas e as mesquitas do sultão e do seu wazir, o Etite-mwene, e profanou os cemitérios locais 119 . Então, ele proclamou a deposição do sultão. Em retaliação, o sultão Farallahi e seus aliados começaram a assediar os portugueses e a invadir as terras dos chefes que colaboravam com eles. O comandante militar português de Moma foi sujeito ao pagamento de tributos 120 . Todas as caravanas que vinham do interior para os postos portugueses foram assaltadas e os sipaios que serviam de mensageiros entre os diferentes postos portugueses foram queimados vivos. Cortaram-se os cordões telegráficos, atacaram-se no mar barcos e embarcações, bem como pescadores e roubaram-se comerciantes portugueses 121 .

Em 1903, Eduardo Lupi lançou uma operação por terra de Moma em direcção a Parapato para restaurar a « ordem » e a posição dos portugueses 122 . Os assentamentos foram incendiados um após o outro. Uma situação algo semelhante à anterior correlação de forças foi restabelecida e mantida até 1906, quando os portugueses conceberam um projeto de ocupação total e efetiva da região. Pedro Massano de Amorim, Ernesto Vilhena e outros oficiais portugueses elaboraram em conjunto um novo plano de operações militares que consistia em ataques simultâneos a partir de seis regiões paralelas à costa 123 . Os objetivos dessas operações foram descritos por Massano de Amorim: Após quatro anos de preparação e estudo, a conquista militar de Amorim ocorreu em 1910. Farallahi e suas tropas juntaram-se às de Impamella, Mogovolla, Marave, chefes de Mossuril e outros das terras que se estendem de Moma a Nakala 125 . Tendo experimentado as táticas de guerra portuguesas, muitas pessoas abandonaram seus assentamentos e se esconderam no matto (floresta), de modo que os portugueses queimaram cabanas vazias.

Desta vez, os portugueses conduziram uma operação muito sistemática e bem organizada. Os « novos » portugueses tinham já bastante experiência e conhecimento, e eram também bem apoiados pelo governo que se sentia na necessidade de delinear as fronteiras das suas colónias devido à pressão e ameaça dos ingleses 126 . Além disso, muitas terras e portos já haviam sido subjugados, principalmente no sul de Moçambique e na região do Zambeze. À medida que as tropas portuguesas avançavam, os chefes supremos continuavam a enfrentá-los, enquanto cada vez mais chefes menores reconheciam

formalmente os portugueses, fornecendo-lhes pessoal e apoio 127 . Alguns dos chefes supremos foram mortos em batalha, mas os mais importantes foram presos. Os primeiros a serem capturados foram Cubula, depois Guarnea e, finalmente, Farallahi e Sultan Ibrahim, todos posteriormente deportados para a Guiné 128 .

* * *

O objetivo deste estudo foi reconstruir a história da expansão de Angoche para o continente durante o século XIX através das perspetivas das principais mudanças político-económicas na região, especialmente as ligadas ao seu envolvimento no tráfico internacional de escravos. Ao concentrar-se na política africana local, o estudo desafia dois pressupostos principais da historiografia do norte de Moçambique: primeiro, que Angoche direcionou os seus interesses para o mundo suaíli enquanto as suas estratégias políticas em relação ao continente eram apenas de carácter predatório e parasitário de um escravo Corsário. Em segundo lugar, as prioridades e atividades políticas de Angoche visavam resistir aos portugueses que se tornaram os principais rivais políticos de Angoche.

Ao revisitar os processos históricos da expansão política de Angoche para o continente que foi liderada por Musa Quanto e Farallahi, o artigo mostrou que os líderes de Angoche se viam e agiam como parte integrante do continente. Eles invocaram um idioma político de parentesco e território, que era compartilhado e compreendido tanto pelo continente quanto pelo litoral. A sua hábil e estratégica manobra política garantiu-lhes a liderança entre os chefes supremos do interior e permitiu-lhes criar com sucesso redes de comércio e reciprocidade que se estendiam por toda a região. Isso abriu as portas para maiores benefícios das oportunidades oferecidas pelo comércio internacional de escravos e pelo controle das rotas das caravanas.

A reavaliação neste estudo da situação dos portugueses na região mostrou que eles não eram uniformes como categoria ou grupo e que, em geral, não perseguiram desígnios imperiais claramente definidos ao longo do século XIX. Este estudo mostrou que as visões portuguesas sobre a política de «ocupação efetiva» não eram homogéneas. Isto deveu-se não só ao facto de o *modus operandi* e o *modus vivendi* dos «velhos» e dos «novos» portugueses em Moçambique diferirem significativamente, mas também porque os portugueses simplesmente não tinham meios para concretizar estes projectos até ao início do século XX. século.

O estudo mostrou que, apesar de sua retórica de superioridade e domínio, os portugueses, como atores políticos, eram apenas secundários aos poderosos chefes africanos, como o inhapakho de Angoche. Portanto, descrever a relação entre os angoquianos e os portugueses durante o século XIX como uma relação de conquista e resistência não é apenas injustificado, mas é factualmente impreciso. As interações

históricas entre portugueses e africanos nesta região não foram dicotômicas nem do ponto de vista racial, cultural ou político. Em vez disso, envolveram uma história complexa de múltiplas transações e mediações entre diferentes atores de ambos os lados. Essas interações e as lições aprendidas com elas garantiram posteriormente o sucesso dos « novos » portugueses em suas tentativas de conquistar a região em 1910 e subjugar sua população ao domínio colonial.

Julho de 2003 Liazzat J.K. BONATE Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane

Maputo, Moçambique

Referências

R. P ÉLISSIER , História..., op. cit., 1: 47, 55-56, 133.

Ibid.: 58, 133, 159-164 and passim.

Hafkin identifies the moradores (« residents » or « settlers » in Portuguese) and the homens de chapéu (literally « men of the hat » in Portuguese, meaning « the nobility ») as non-African residents of the Portuguese territories or Europeans. However, Mbwiliza maintains that moradores were merchants who received private concessions to trade in Mozambique from the Portuguese Crown, and that both Portuguese and Indian subjects of the Portuguese Crown married Makwa women. The status of homens de chapéu included non-Portuguese people, such as Swahili, Banyans, etc. See N.J. H AFKIN , op. cit.: xviii; J.F. M BWILIZA , op. cit.: 41, 66, 162-163;

R. P ÉLISSIER , História, 1: 55-56.

R. P ÉLISSIER , História..., op. cit., 1: 56, 58. 16. Ibid.: 171-181.

J. Mousinho de A LBUQUERQUE , « A Campanha contra os Namarrais », in J. Mousinho de A LBUQUERQUE , (ed.), Livro das Campanhas, Lisbon, Divisão de Publicações e Biblioteca. Agência Geral das Colónias, 1935, 1: 113-340.

D. R ODRIGUES , A Ocupação de Moçambique (1869-1909), Lisbon, Ed. Revista de Infantaria, 1910: 33, 63. See also N. J. H AFKIN , op. cit.: 363;

R. P ÉLISSIER , op. cit., 1: 47.

See J. Mousinho de A LBUQUERQUE , Livro das Campanhas, op. cit.: 89 and passim;

J.J. Teixeira B OTELHO , op. cit.: 75-76; and D. R ODRIGUES , A Ocupação, op.cit.: 18, 33-38.

J.F. M BWILIZA , op. cit.: 157.

P. Massano de A MORIM , op. cit.: 101;

J.F. M BWILIZA , op. cit.: 148-150.

E. do Couto L UPI , op. cit.: 119-126;

A.J. Mello M ACHADO , op. cit.: 97, 127-133.

J. C APELA , O escravismo colonial em Moçambique, Porto, Edições Afrontamento, 12, 1993: 23- 35, (« As Armas e Varões »), J.J. Teixeira B OTELHO , op. cit.: 157-161;

R. P ÉLISSIER , op. cit., 1: 52, 57-58, 158-160.

J.J. Teixeira B OTELHO , op. cit.: 161-164;

J. C APELA , O escravismo..., op. cit.: 24-30.

E. M EDEIROS , As etapas da escravatura no norte de Moçambique, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, 1988: 24.

J. Mousinho de A LBUQUERQUE , Livro das Campanhas, op. cit.: 27.

For example, José Capela describes a meeting of the 25 negreiros in Quelimane that resulted in producing a letter explaining the benefits of the slave trade. See J. C APELA , O escravismo..., op. cit.: 31.

J. C APELA , op. cit.: 23-35;

J.J. Teixeira B OTELHO , op. cit.: 157-161.

J. C APELA , op. cit.: 32;

E. M EDEIROS , As etapas..., op. cit.: 32-33.

Lupi maintains that « only strange people [non kin] can be enslaved »; see E. do Couto L UPI ,

Angoche..., op. cit.: 149.

E. do Couto L UPI , op. cit.: 183;

J. de Azevedo C OUTINHO , As duas conquistas de Angoche, Lisbon, 1935: 11-29 (« Coleção Pelo Império », 11);

J.J. Teixeira B OTELHO , História..., op. cit.: 232-239.

E. do Couto L UPI , op. cit.: 206.

Azevedo C OUTINHO , As duas conquistas..., op. cit.: 28-29.

E. do Couto L UPI , op. cit.: 203-204. 64. Ibid.

J. C APELA , O escravismo..., op. cit.: 33.

J. C APELA & E. M EDEIROS , O tráfico..., op. cit.: 80. 67. Ibid. Ibid.: 81. 68.

E. M EDEIROS , As etapas..., op. cit.: 44. Ibid.: 33. 70.

J. C APELA , O escravismo..., op.cit.: 111;

N.J. H AFKIN , Trade..., op. cit.: 371.

J. C APELA & E. M EDEIROS , O tráfico..., op. cit.: 78. Ibid. 73. Ibid. 74.

J. C APELA & E. M EDEIROS , op. cit.: 106.

From 1854, following the rationale of gradual slave abolition of Sá Bandeira Decree, the Portuguese administration required slave owners to register their slaves with the state in order to control transformation of the slaves into libertos. After the acquisition of the status of libertos, the former slaves had been legally required to work for some years for their masters. See J. C APELA & E. M EDEIROS , op. cit.: 105-108;

J.F. M BWILIZA , Towards, op. cit.: 193;

R. P ÉLISSIER , op. cit., 1: 168.

J. C APELA & E. M EDEIROS , op. cit.: 105-108.

Ibid.: 107-109.

E. A LPERS , « East Central Africa », paper presented at the Conference on the Writing of the History of Islam in Africa, the Van Leer Jerusalem Institute, 1997, 6, June: 15-20.

N.J. H AFKIN , Trade..., op. cit.: 341.

E. A LPERS , « East Central Africa », op. cit.: 5-6.

J.F. M BWILIZA , Towards..., op. cit.: 141-158.

P. B OURDIEU , The Logic of Practice, Stanford, Stanford University Press, 1990 (Translated by Richard Nice).

J. Mousinho de A LBUQUERQUE , « A Campanha contra os Namarrais », op. cit.: 83.

E. do Couto L UPI , Angoche, op. cit.: 129, 134; P. Massano de A MORIM , Relatório..., op. cit.: 22-23.

A Manual..., op. cit.: 96.

E. do Couto L UPI , Angoche..., op.cit.: 226.

E. do Couto Lupi, Angoche..., op. cit.: 143.

Azevedo C OUTINHO , Memórias..., op. cit.: 469.

P. Massano de A MORIM , op. cit.: 16-17;

J. Mousinho de A LBUQUERQUE , « A Campanha contra os Namarrais », op. cit.: 85.

R. P ÉLISSIER , op. cit., 1: 254-324, and 2: 125, 157.

Mbwiliza mentions that, « with their small vessels Arab and Swahili traders preferred to sell their slaves to the nearby islands of Comoro and Mauritius ». Hafkin identifies pangaio as « small wooden short distance ships, also generic term for Arab and Swahili craft ». See J.F. M BWILIZA , Towards..., op.cit.: 45 and N.J. H AFKIN , Trade..., op. cit.: xviii.

Hafkin mentions that « Through the whole of the period until 1900 they [the Portuguese] were isolated at two tiny outposts on Angoche Islands », see N.J. H AFKIN , Trade..., op. cit.: 349.

D. R ODRIGUES , A ocupação..., op. cit.: 33, 38.

P. Massano de A MORIM , Relatório..., op. cit.: 151.

N.J. H AFKIN , op. cit.: 359-360;

R. P ÉLISSIER , op. cit., 1: 56-58.

Cartas de Mousinho de Albuquerque ao Conde de Arnos, Lisbon, Comissão Nacional para as comemorações de centenário de Mousinho de Albuquerque, 1957: 190; D. R ODRIGUES , op. cit.: 85.

P. Massano de A MORIM , op. cit.: 18-20;

E. do Couto L UPI , op. cit.: 212-213.

P. Massano de A MORIM , op. cit.: 21. 116. Ibid.: 21. 117. Ibid.: 23.

D. R ODRIGUES , A ocupação..., op. cit.: 62-63.

P. Massano de A MORIM , Relatório..., op. cit.: 62-63. 120. Ibid. 121. Ibid.: 26-35.

E. do Couto L UPI , Angoche..., op. cit.: 26-35.

P. Massano de A MORIM , op. cit.: 195-216. 124. Ibid.: 210. 125. Ibid.: 265-266.

Especially following the 1884-85 Berlin Conference and the 1890 Salisbury proposal on the creation of the borders between the Portuguese and British colonies in Africa. The Treaty between Portugal and Lord Salisbury was signed in 1891. See J.J. Teixeira B OTELHO , História..., op. cit.: 351-398.